

**CONTRATO Nº 022/2024**  
**PROCESSO Nº 2023/1392775**  
**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 022/2024**

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE A **FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO – FUNTELPA** E A EMPRESA **AT ENTRETENIMENTO E PRODUÇÃO**, CONFORME ABAIXO MELHOR SE DECLARA.

**CONTRATANTE:**

**FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO - FUNTELPA**, fundação pública estadual, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.953.923/0001-84, com sede na Rua dos Pariquis, n.º 3318, Bairro da Cremação – CEP: 66.045-645, nesta cidade, neste ato representada por seu Presidente, o Sr. **WALDEMIRO EDUARDO DE ASSIS SANOVA NASCIMENTO**, brasileiro, divorciado, portador da Carteira de Identidade n.º 3557432 PC/PA, inscrito no CPF/MF sob n.º 688.589.142-87, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**.

**CONTRATADO (A):**

**AT ENTRETENIMENTO E PRODUÇÃO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 43.599.806/0001-50, localizada na Rua João Cândio, n.º 36, Bairro: Centro- CEP 68.655-000, no Município de Irituia/PA, neste ato representado (a) pelo Sr. (a) **ALTAIR VINICIUS ROMANO DE MEDEIROS**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira de identidade n.º 4987610 PC/PA, inscrito no CPF/MF sob o n.º 028.249.102-32, residente e domiciliado na Rua João Cândio n.º 36, Bairro: Centro - CEP 68.655-000, no Município de Irituia/PA, doravante denominada **CONTRATADO (A)**.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL**

1.1. O presente contrato é oriundo da Inexigibilidade de Licitação constante no PAE retro mencionado e é regido pela Lei Federal nº 14.133/21, em seu art. 74, inciso II.

**CLÁUSULA SEGUNDA: OBJETO**

- 2.1. O objeto do presente Instrumento é a contratação de empresa para a prestação de serviço de organização do evento: **NOTAS CULTURAIS DA AMAZÔNIA**, com a contratação exclusiva de artistas. A execução do Projeto será no Município de Piriá/PA;
- 2.2. A data do evento especificado acima ocorrerá no dia 05 de abril de 2024;
- 2.3. A proposta da Contratada, bem como o projeto e demais documentos anexados nos autos do Processo Administrativo nº **2023/1392775** constituem partes integrantes a este Instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA: LOCAL E HORA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

- 3.1. O evento será realizado no dia 05/04/2024, nos horários de 22h30 e 23h30, na Praça da Música, Tv. Alm. Tamandaré, 448, Nova Esperança do Piriá/PA;
- 3.2. O local e a hora da prestação dos serviços contratados são aqueles previstos no Termo de Referência.

**CLÁUSULA QUARTA: PREÇO**

4.1. O valor global do contrato é **R\$ 118.000,00 (Cento e dezoito mil reais)** e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão inclusas neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

**CLÁUSULA QUINTA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. O As despesas desta contratação estão programadas em dotação do orçamento do Estado do Pará para o exercício de **2024** na classificação:

**Funcional programática: 65.201.24.392.1512.8423**  
**Plano Interno (PI): 23DEMG00196**  
**Elemento: 33.90.39**  
**Fonte Recurso: 01.500.0000.01**  
**Ação nº.: 295.380**

#### **CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTE**

6.1. Não se aplica a este Instrumento em razão da vigência ser inferior a 12 (doze) meses.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: PAGAMENTO**

- 7.1. O pagamento será realizado em **30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.
- 7.2. O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da contratado;
- 7.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o **CONTRATADO** adote as medidas para saneamento das pendências;
- 7.4. Na hipótese do item 7.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à **CONTRATANTE**;
- 7.5. A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura;
- 7.6. A regularidade fiscal do **CONTRATADO** deve ser verificada pelo **CONTRATANTE** por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21;
- 7.7. A constatação de irregularidade fiscal do **CONTRATADO** não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual;
- 7.8.** Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 7.7, o **CONTRATADO** deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de 5 dias úteis. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, ofertando contraditório e ampla defesa ao **CONTRATADO**;
- 7.9. A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento do serviço que já foi prestado;
- 7.10. Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente será pago o serviço que já foi prestado;
- 7.11. Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 7.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será sustado automaticamente.
- 7.12. A inadimplência do **CONTRATADO** junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do **CONTRATANTE** justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.
- 7.13. O **CONTRATANTE** efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.
- 7.14. O **CONTRATADO** optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o **CONTRATADO** é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06.

#### **CLÁUSULA OITAVA: GARANTIA DO CUMPRIMENTO CONTRATUAL**

8.1. Não há exigência de prestação de garantia de cumprimento deste Contrato.

## **CLÁUSULA NONA: OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

9.1. As partes tem a obrigações de:

### **9.2. Contratante:**

- 9.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com este contrato, Termo de Referência e anexos;
- 9.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.2.3. Notificar o **CONTRATADO** sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas;
- 9.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do CONTRATADO;**
- 9.2.5. Efetuar o pagamento do objeto fornecido no prazo, forma e condições aqui estabelecidos;
- 9.2.6. Aplicar ao **CONTRATADO** as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato;
- 9.2.7. Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste.

### **9.3. Contratado:**

- 9.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes neste contrato e seus anexos, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes de sua execução.
- 9.3.2. Aceitar acréscimos ou supressões unilaterais impostos pelo **CONTRATANTE** de até **25% do valor atualizado do contrato**, nas mesmas condições pactuadas inicialmente.
- 9.3.3. Manter preposto aceito pelo **CONTRATANTE** no local da prestação do serviço para o representar na execução do contrato.
- 9.3.4. A indicação do preposto do **CONTRATADO** ou a sua manutenção poderá ser recusada pelo **CONTRATANTE** mediante justificativa, devendo o **CONTRATADO** designar outro para o exercício da atividade.
- 9.3.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados.
- 9.3.6. Alocar os empregados em número compatível para o cumprimento deste contrato e com a habilitação e conhecimento adequados para a execução do serviço, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para tanto, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações dos órgãos de regulação responsáveis e à legislação aplicável.
- 9.3.7. No prazo fixado pelo fiscal do contrato, reparar, corrigir ou refazer às suas expensas o serviço no qual se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua má execução contratual ou dos materiais empregados.
- 9.3.8. Durante a vigência do contrato, não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.
- 9.3.9. Na hipótese do item 7.6, parte final, quando solicitado o **CONTRATADO** deverá entregar ao **CONTRATANTE** os seguintes documentos:
  - 9.3.9.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.
  - 9.3.9.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
  - 9.3.9.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do **CONTRATADO**.
  - 9.3.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS.
  - 9.3.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
  - 9.3.9.6. Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato.
- 9.3.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato e obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.**

- 9.3.11. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.3.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes, a qualquer tempo, o acesso ao local dos trabalhos e aos documentos relativos à execução do serviço.
- 9.3.13. Por determinação do **CONTRATANTE**, paralisar a atividade que não esteja sendo bem executada ou que ponha em risco a segurança das pessoas ou seus bens.
- 9.3.14. Durante a vigência do contrato, promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do serviço.
- 9.3.15. Conduzir os trabalhos observando às normas da legislação aplicável e às determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.3.16. Submeter previamente e por escrito ao **CONTRATANTE** qualquer mudança nos métodos executivos especificados no memorial descritivo ou documento similar para sua análise e aprovação.
- 9.3.17. Não permitir:
- 9.3.17.1. O trabalho de pessoa menor de 16 anos no objeto deste contrato, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos; e
- 9.3.17.2. A utilização do trabalho da pessoa menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em qualquer hipótese.
- 9.3.18. Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta.
- 9.3.19. Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.
- 9.3.20. Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.
- 9.3.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 9.3.22. Cumprir as normas de segurança do **CONTRATANTE**, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: RESPONSABILIDADE POR DANOS**

- 10.1. As partes tem a obrigações de:
- 10.1.1. A responsabilidade pelos danos causados por ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do **CONTRATADO**.
- 10.1.2. A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros é exclusivamente sua.
- 10.1.3. O **CONTRATANTE** não responderá pelos compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 11.1. A Constituem infrações administrativas do **CONTRATADO** a serem punidas com as seguintes sanções:

| <b>INFRAÇÃO</b> | <b>PENALIDADE</b> |
|-----------------|-------------------|
|-----------------|-------------------|

|   |  |
|---|--|
| Dar causa à inexecução parcial do contrato.   | <b>Advertência*</b><br><br>* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “ <i>Impedimento de licitar e contratar</i> ”.   |
| Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.    | <b>Impedimento de licitar e contratar*</b><br><br>* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “ <i>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</i> ”. |
| Dar causa à inexecução total do contrato.   |  |
| Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.   |  |
| Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.  |  |
| Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.   |  |
| Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato. | <b>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</b>   |
| Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato   |  |
| Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.   |  |
| Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.   |  |
| Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.  |  |

- 11.2. O atraso superior a 30 dias corridos autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/21;
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**;
- 11.4. As sanções podem ser cumuladas com as seguintes multas:

| <b>MULTA</b>   |   |
|--|---|
| <b>Moratória</b>   | <b>Compensatória</b>  |
| 0,5 % (cinco décimos por cento) sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de 30 dias corridos.   | 1,0% (um por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto. |
| 0,5 % (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado até o limite de 30 dias corridos pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. |   |

- 11.5. Antes da aplicação das sanções, o **CONTRATADO** será notificado para apresentar defesa no prazo de 15 dias úteis, contado de sua intimação.
- 11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao **CONTRATADO**, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.
- 11.7. Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até 15 dias úteis, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.
- 11.8. A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando o rito especial previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.9. A aplicação das sanções deve observar:
  - a) A natureza e gravidade da infração.
  - b) As peculiaridades do caso.
  - c) As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
  - d) Os danos causados ao CONTRATANTE.
  - e) A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.10. As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.
- 11.11. A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 11.12. No prazo de 15 dias úteis, a contar da data de aplicação da sanção, o **CONTRATANTE** informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

- 12.1. As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21;
- 12.2. Caso haja interesse público, o CONTRATANTE pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até 25% do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente;
- 12.3. As PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato;
- 12.4. Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação;
- 12.5. Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EXTINÇÃO DO CONTRATO**

- 13.1. O contrato se extingue quando todas as obrigações de ambas as PARTES forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.
- 13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que o **CONTRATANTE** deverá providenciar a readequação do cronograma fixado para cumprimento do contrato.

- 13.3. Se a não conclusão do contrato decorrer de culpa do **CONTRATADO**, ele ficará constituído em mora, devendo ser instaurado procedimento de inexecução contratual para a aplicação das sanções administrativas cabíveis.
- 13.4. Na hipótese do item 13.3, o **CONTRATANTE** poderá optar, ainda, pela extinção do contrato e adotar as medidas previstas em lei para a continuidade da execução do objeto.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: FISCALIZAÇÃO**

- 14.1. O cumprimento do contrato será fiscalizado pelo(a) servidor(a) JULIANA DE ALMEIDA BARROS, matrícula funcional nº 5926349/2.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: INTERPRETAÇÃO**

- 15.1. As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao **CONTRATANTE** e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS**

- 16.1. Observado o disposto na Cláusula 15, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa preferencialmente à **CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL** para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121/19.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO**

- 17.1. O **CONTRATANTE** divulgará este contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até 20 dias úteis e o publicará no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de 10 dias úteis;
- 17.2. Os prazos contidos no item 17.1 são contados da data da assinatura do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: VIGÊNCIA**

- 18.1. O contrato terá **vigência de 03 meses, com início em 05/04/2024;**
- 18.2. Quando o objeto não for concluído no período acima fixado, o prazo de vigência do contrato será automaticamente prorrogado, sem prejuízo da aplicação dos itens 13.3 e 13.4, quando a não conclusão decorrer de culpa **do CONTRATADO**.
- 18.3. Antes da prorrogação da vigência do contrato, o **CONTRATANTE** deverá verificar a regularidade fiscal do **CONTRATADO**, consultar o CEIS e o CNEP, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA: FORO**

- 19.1. As PARTES elegem o foro da Comarca de Belém-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 16.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA: FORO**

- 20.1. A minuta deste Contrato foi aprovada pela Assessoria Jurídica da FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO - FUNTELPA, conforme parecer AJUR anexado aos autos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

Belém/PA, 05 de Abril de 2024.

WALDEMIRO  
EDUARDO DE  
ASSIS  
SANOVA  
NASCIMENTO:  
68858914287

Assinado de forma  
digital por  
WALDEMIRO  
EDUARDO DE ASSIS  
SANOVA  
NASCIMENTO:688589  
14287  
Dados: 2024.04.05  
13:00:25 -03'00'

**WALDEMIRO EDUARDO DE ASSIS SANOVA NASCIMENTO**  
Presidente da Funtelpa  
**CONTRATANTE**



**CULTURA**  
REDE DE COMUNICAÇÃO

AT ENTRETENIMENTO E PRODUÇÃO  
LTDA:43599806000150

Assinado de forma digital por AT ENTRETENIMENTO E PRODUÇÃO  
LTDA:43599806000150

---

**AT ENTRETENIMENTO E PRODUÇÃO  
CONTRATADO (A)**

Art. 3º Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.  
Belém/PA, 05 de Abril de 2024  
Ordenador: WALDEMIRO EDUARDO DE ASSIS SANOVA NASCIMENTO  
Presidente da FUNTELPA

**Protocolo: 1058954**

### CONTRATO

#### CONTRATO Nº 024/2024

#### PROCESSO Nº 2023/1392754

#### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 025/2024

Objeto: O objeto do presente Instrumento é a contratação de empresa para a prestação de serviço de organização do evento: "NOTAS MUSICAIS DA AMAZÔNIA", com a contratação exclusiva de artistas. A execução do Projeto será no Município de Piriá/PA;  
Fundamento Legal: Art. 74, inciso II da Lei Federal n.º14.133/2021  
Valor Global: R\$ 118.000,00 (cento e dezoito mil reais)  
Data de Assinatura: 05/04/2024  
Vigência do projeto: 06/04/2024 até 06/07/2024  
Fiscal de Contrato: JULIANA DE ALMEIDA BARROS, matrícula funcional nº 5926349/2.

Dotação Orçamentária:

Funcional programática: 65.201.24.392.1512.8423

Plano Interno (PI): 23DEMG00194

Elemento: 33.90.39

Fonte Recurso: 01.500.0000.01

Ação nº.: 295.379

Contratada: AT ENTRETENIMENTO E PRODUÇÃO

CNPJ: nº: 43.599.806/0001-50

Endereço: Rua João Cândia, n.º 36, Bairro: Centro

CEP 68.655-000, no Município de Irituia/PA.

Ordenador: WALDEMIRO EDUARDO DE ASSIS SANOVA NASCIMENTO

Presidente da FUNTELPA

**Protocolo: 1059004**

#### CONTRATO Nº 023/2024

#### PROCESSO Nº 2023/1392754

#### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 024/2024

Objeto: O objeto do presente Instrumento é a contratação de empresa para a prestação de serviço de organização do evento: "NOTAS MUSICAIS DA AMAZÔNIA", com a contratação exclusiva de artistas. A execução do Projeto será no Município de Piriá/PA;  
Fundamento Legal: Art. 74, inciso II da Lei Federal n.º14.133/2021  
Valor Global: R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais)  
Data de Assinatura: 05/04/2024  
Vigência do projeto: 06/04/2024 até 06/07/2024  
Fiscal de Contrato: JULIANA DE ALMEIDA BARROS, matrícula funcional nº 5926349/2.

Dotação Orçamentária:

Funcional programática: 65.201.24.392.1512.8423

Plano Interno (PI): 23DEMG00194

Elemento: 33.90.39

Fonte Recurso: 01.500.0000.01

Ação nº.: 295.379

Contratada: F5 PRODUÇÕES E EVENTOS

CNPJ: nº: 36.071.815/0001-09

Endereço: Travessa João Marques Paiva, s/n, Bairro: Vila Nova

CEP 68.650-000, na Cidade de Capitão Poço/PA

Ordenador: WALDEMIRO EDUARDO DE ASSIS SANOVA NASCIMENTO

Presidente da FUNTELPA

**Protocolo: 1059002**

#### CONTRATO Nº 022/2024

#### PROCESSO Nº 2023/1392775

#### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 022/2024

Objeto: O objeto do presente Instrumento é a contratação de empresa para a prestação de serviço de organização do evento: "NOTAS CULTURAIS DA AMAZÔNIA", com a contratação exclusiva de artistas. A execução do Projeto será no Município de Piriá/PA;  
Fundamento Legal: Art. 74, inciso II da Lei Federal n.º14.133/2021  
Valor Global: R\$ 118.000,00 (cento e dezoito mil reais)  
Data de Assinatura: 05/04/2024  
Vigência do projeto: 05/04/2024 até 05/07/2024  
Fiscal de Contrato: JULIANA DE ALMEIDA BARROS, matrícula funcional nº 5926349/2.

Dotação Orçamentária:

Funcional programática: 65.201.24.392.1512.8423

Plano Interno (PI): 23DEMG00196

Elemento: 33.90.39

Fonte Recurso: 01.500.0000.01

Ação nº.: 295.380

Contratada: AT ENTRETENIMENTO E PRODUÇÃO

CNPJ: nº: 43.599.806/0001-50

Endereço: Rua João Cândia, n.º 36, Bairro: Centro

CEP 68.655-000, no Município de Irituia/PA

Ordenador: WALDEMIRO EDUARDO DE ASSIS SANOVA NASCIMENTO

Presidente da FUNTELPA

**Protocolo: 1058998**

#### CONTRATO Nº 021/2024

#### PROCESSO Nº 2023/1392775

#### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 023/2024

Objeto: O objeto do presente Instrumento é a contratação de empresa para a prestação de serviço de organização do evento: "NOTAS CULTURAIS

DA AMAZÔNIA", com a contratação exclusiva de artistas. A execução do Projeto será no Município de Piriá/PA;  
Fundamento Legal: Art. 74, inciso II da Lei Federal n.º14.133/2021  
Valor Global: R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais)  
Data de Assinatura: 05/04/2024.  
Vigência do projeto: 05/04/2024 até 05/07/2024  
Fiscal de Contrato: JULIANA DE ALMEIDA BARROS, matrícula funcional nº 5926349/2.  
Dotação Orçamentária:  
Funcional programática: 65.201.24.392.1512.8423  
Plano Interno (PI): 23DEMG00196  
Elemento: 33.90.39  
Fonte Recurso: 01.500.0000.01  
Ação nº.: 295.380  
Contratada: F5 PRODUÇÕES E EVENTOS  
CNPJ: nº: 36.071.815/0001-09  
Endereço: Travessa João Marques Paiva, s/n,  
Bairro: Vila Nova - CEP 68.650-000, na Cidade de Capitão Poço/PA  
Ordenador: WALDEMIRO EDUARDO DE ASSIS SANOVA NASCIMENTO  
Presidente da FUNTELPA

**Protocolo: 1058995**

## SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

### PORTARIA

#### PORTARIA DE DIARIAS No. 61026/2024

OBJETIVO: AGENDA NO FNDE PARA TRATAR DOS REPASSES DE RECURSOS FEDERAIS AO ESTADO DO PARÁ.

ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:

BELEM / BRASÍLIA / 07/04/2024 - 09/04/2024 Nº Diárias: 2

BRASÍLIA / BELEM / 09/04/2024 - 09/04/2024 Nº Diárias: 0.5

NOME: PATRICK TRANJAN

MATRÍCULA: 5969316

CPF: 38188301850

CARGO/FUNÇÃO:

SECRETARIO ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E GESTAO / DIRECAO

ORDENADOR: NILDA MARIA SANTOS DE OLIVEIRA CPF: 60799382272

**Protocolo: 1059123**

#### PORTARIA DE DIARIAS No. 61023/2024

OBJETIVO: Formação para as escolas da rede pública sobre o curso do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, no município de São Sebastião da Boa Vista, pelo período de 10/04/2024 a 13/04/2024, conforme termo de compromisso regido pela Lei nº 11. 273/2006 e monitoramento da Diretoria de Orçamento em relação aos programas Federais.

ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:

BELEM / SAO SEBASTIAO DA BOA VISTA / 10/04/2024 - 13/04/2024 Nº

Diárias: 3

SAO SEBASTIAO DA BOA VISTA / BELEM / 13/04/2024 - 13/04/2024 Nº

Diárias: 0.5

NOME: MOISES OLIVEIRA DA CONCEICAO

MATRÍCULA: 57175799

CPF: 58787836220

CARGO/FUNÇÃO:

ASSISTENTE DE GESTAO GOVERNAMENTAL E EDUCACIONAL B / ATIV AUX INTERMED

ORDENADOR: PATRICK TRANJAN CPF: 38188301850

**Protocolo: 1058886**

### TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

#### Ato: PORTARIA nº 141/2024-CPS/DIPSE-SAGEP

Término de vínculo: 05/03/2024

Motivo: Rescisão a pedido

Órgão: Secretaria de Estado de Educação

Nome do servidor: MILENE GUIMARAES GARCIA

Cargo: Auxiliar Operacional e Educacional

Ordenador: TIAGO LIMA E SILVA

#### Ato: PORTARIA nº 142/2024-CPS/DIPSE-SAGEP

Término de vínculo: 26/01/2024

Motivo: Distrato

Órgão: Secretaria de Estado de Educação

Nome do servidor: CLEANE DOS SANTOS DE SOUSA

Cargo: Professor

Ordenador: TIAGO LIMA E SILVA

#### Ato: PORTARIA nº 143/2024-CPS/DIPSE-SAGEP

Término de vínculo: 31/01/2024

Motivo: Rescisão a pedido

Órgão: Secretaria de Estado de Educação

Nome do servidor: STHEFANIE TALITA BARBOSA DO NASCIMENTO

Cargo: Analista de Gestão Governamental e Infraestrutura Educacional-Engenharia Civil

Ordenador: TIAGO LIMA E SILVA